ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DE OLINDA

**SECRETARIA DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E DIREITOS
HUMANOS**
RESOLUÇÃO Nº 036/2023 – COMDACO.

RESOLUÇÃO Nº 036/2023 – COMDACO.

Dispõe sobre atos preparatórios, recepção de votos, garantias eleitorais, totalização, divulgação e normas e procedimentos para mesários e juntas apuradoras para o Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares do Município de Olinda-PE.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Olinda (COMDACO) no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 139 da Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA) modificada pelas Leis nºs 8.242/1991, 12.010/2009, 12.696/2012 e 13.046/2014, considerando ainda, as Leis Municipais nºs 4.777/1991 e 5.370/2003; bem como, a Resolução nº 442, de 17 de julho de 2023 do TRE e

Considerando a Resolução nº 031/2023 do COMDACO;

Considerando a necessidade de identificar com segurança o eleitor com a apresentação de um documento oficial, e a apresentação do título eleitoral ou, ainda, comprovante de votação da última eleição ou certidão fornecida pela Zona Eleitoral do eleitor;

RESOLVE:

Art. 1º. O eleitor votará uma única vez em 01(um) único candidato.

§1º. Terão preferência para votar os candidatos, os componentes da Mesa Receptora, os promotores eleitorais, os policiais militares e os membros da guarda municipal em serviço, os eleitores maiores de 60(sessenta) anos, os eleitores enfermos, os eleitores com deficiência ou com mobilidade reduzida e as eleitoras mulheres grávidas e/ou lactantes.

§2º. Para ser habilitado a votar, o eleitor deverá apresentar seu título eleitoral ou, ainda, comprovante de votação na última eleição geral ou certidão fornecida pela Zona Eleitoral na qual esteja cadastrado, acompanhado de um documento oficial.

§3º. São documentos oficiais para comprovação da identidade do eleitor, a ser apresentado com um dos documentos descritos no parágrafo anterior, as vias originais de: Carteira de identidade, passaporte ou outro documento oficial com foto de valor legal equivalente, inclusive carteira de categoria profissional reconhecida por lei; / Carteira de trabalho; Carteira nacional de habilitação, inclusive a digital; Apresentação digital do e-Título.

§4º. Não será admitida a certidão de nascimento, casamento ou qualquer outro documento oficial sem foto, como comprovação da identidade do eleitor no momento da votação.

§5º. Na cabine de votação é vedado ao eleitor portar aparelho de telefone celular, máquinas fotográficas, filmadoras, equipamento de rádio comunicação ou quaisquer instrumentos que possam comprometer o sigilo do voto, devendo ficar retidos na Mesa Receptora, enquanto o eleitor estiver votando (Lei nº 9.504/1997, art. 91-A, parágrafo único).

§6º. O eleitor com deficiência ou mobilidade reduzida, ao votar, poderá ser auxiliado por pessoa de sua confiança, ainda que não o tenha requerido antecipadamente à Comissão Especial.

§7º. O Presidente da Mesa Receptora verificando ser imprescindível que o eleitor com deficiência ou mobilidade reduzida seja auxiliado por pessoa de sua confiança para votar, autorizará o ingresso dessa segunda pessoa com o eleitor na cabine de votação.

§8º. A pessoa que auxiliará o eleitor com deficiência ou mobilidade reduzida não poderá ser candidato, fiscal credenciado ou membro da Mesa Receptora.

§9º. A assistência de outra pessoa ao eleitor com deficiência ou mobilidade reduzida deverá ser consignada em ata.”

Art.2.º Cada candidato deverá se credenciar antecipadamente junto à Comissão Especial para ter garantido o acesso ao local de apuração do resultado final do processo de escolha, que será na Vila Olímpica em

Rio Doce - Olinda, a partir das 18 horas até o final da apuração, devendo o mesmo se apresentar no local da apuração munido da referida credencial.

Parágrafo único. Caso o candidato não possa pessoalmente se fazer presente para acompanhar o processo de apuração, deverá antecipadamente apresentar a Comissão especial o Requerimento de credenciamento de fiscal, que lhe represente.

Art. 3º. A retirada das credenciais dos fiscais para a apuração será no dia 27 de setembro de 2023, às 16h, no local: Quintal dos Monteiros, situado à Rua Caetano Ribeiro, 262 - Casa Caiada, Olinda - PE, 53130-440.

Art. 4º. Ocorrendo situação de falha da urna eletrônica de votação, será feita a substituição do equipamento por urna eletrônica de contingência, quando serão preservados os votos contidos no cartão de memória externo, que será adaptado permitindo a continuidade da votação.

Art. 5º. Caso os procedimentos de contingência não obtenham êxito, ou não subsistindo outros equipamentos para substituírem as urnas eletrônicas, a votação deverá prosseguir com o uso de cédulas de papel até o encerramento. Para isso e a fim de permitir eventual auditoria pós-eleições, deve ser adotada as providências de lacrar tanto a urna defeituosa, urna de contingência, a preservação das cédulas com os registros dos votos para os respectivos envios para a junta eleitoral e equipe designada pelo juiz eleitoral.

Art.6º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Olinda, 26 de setembro de 2023.

--

MARCOS MORAES MARTINS

Presidente do COMDACO

Presidente da Comissão Especial – COMDACO

Publicado por:

Lara Josina Nogueira de Carvalho

Código Identificador:C1CAFCA7

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco no dia 27/09/2023. Edição 3435

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/amupe/>